

Aprovo o presente Caderno de
Encargos

[Assinatura
Qualificada]
Valentina Maria
Azinheira Matoso

Assinado de forma
digital por [Assinatura
Qualificada] Valentina
Maria Azinheira Matoso
Dados: 2021.12.07
15:56:29 Z

A Administradora
(Valentina Matoso)

Ajuste Direto

N.º 2021/29

Aquisição de Mobiliário de Escritório

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

CADERNO DE ENCARGOS	4
PARTE I – Cláusulas gerais	4
Artigo 1.º	4
Identificação, objeto do procedimento e contraente público	4
Artigo 2.º	4
Celebração de contrato escrito	4
Artigo 3.º	4
Preço base	4
Artigo 4.º	4
Prazo de execução	4
Artigo 5.º	4
Locais de entrega	4
Artigo 6.º	4
Objeto do dever de sigilo	4
Artigo 7.º	5
Prazo do dever de sigilo	5
Artigo 8.º	5
Acesso às instalações	5
Artigo 9.º	5
Preço contratual	5
Artigo 10.º	6
Condições de pagamento	6
Artigo 11.º	6
Revisão de preços	6
Artigo 12.º	6
Adiantamentos	6
Artigo 13.º	6
Patentes, licenças e marcas registadas	6
Artigo 14.º	6
Uso de sinais distintivos	6
Artigo 15.º	6
Proteção de dados	6
Artigo 16.º	7
Acesso aos elementos de informação em suporte informático	7
Artigo 17.º	7
Incumprimento por factos imputáveis ao cocontratante	7
Artigo 18.º	7
Responsabilidade do cocontratante	7
Artigo 19.º	7
Resolução do contrato	7
Artigo 20.º	7
Revogação do contrato	7
Artigo 21.º	8
Causas de extinção do contrato	8
Artigo 22.º	8
Casos fortuitos ou de força maior	8
Artigo 23.º	9
Caução	9
Artigo 24.º	9
Subcontratação	9
Artigo 25.º	9
Cessão da posição contratual	9
Artigo 26.º	10
Outros encargos	10

Artigo 27.º	10
Exclusão de condições da proposta, limitadoras dos documentos do procedimento	10
Artigo 28.º	10
Legislação aplicável	10
Artigo 29.º	10
Foro competente.....	10
PARTE II – CLAUSULAS TÉCNICAS GERAIS.....	10
Artigo 30.º	10
Âmbito das especificações técnicas	10
Artigo 31.º	10
Obrigações do cocontratante.....	10
Artigo 32.º	11
Acompanhamento da prestação de serviços	11
Artigo 33.º	11
Normas de segurança e armazenamento	11
Artigo 34.º	11
Pessoal afeto à prestação de serviços	11
PARTE III - CLAÚSULAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS	12
Artigo 35.º	12
Características técnicas	12
Artigo 36.º	13
Agendamento dos trabalhos	13
Artigo 37.º	13
Prazo de Garantia	13
Artigo 38.º	13
Mapa de Quantidades	13

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I – Cláusulas gerais

Artigo 1.º

Identificação, objeto do procedimento e contraente público

1. O presente procedimento é designado por “Aquisição de Mobiliário de Escritório”.
2. Tem por objetivo a contratação do fornecimento e montagem de mobiliário de escritório diverso, discriminado no Anexo A – Mapa de Quantidades.
3. O contraente público é a Universidade Aberta (UAb), sediada no Palácio Ceia, R. da Escola Politécnica n.º 147, 1269-001 Lisboa.

Artigo 2.º

Celebração de contrato escrito

Para o presente procedimento não é exigida a redução do contrato a escrito, nos termos do ponto i) da alínea c) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP.

Artigo 3.º

Preço base

1. O presente procedimento tem como preço base o valor de **17.090.00€** (Dezassete mil e noventa euros).
2. Ao valor determinado nos termos do número anterior acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 4.º

Prazo de execução

1. O prazo de fornecimento deverá ser, no máximo, de 20 dias consecutivos, a contar da data da adjudicação.

Artigo 5.º

Locais de entrega

1. O cocontratante obriga-se a entregar e instalar os bens objeto do presente contrato em:
1.1 Edifício da R. da Imprensa Nacional n.º 100, 1250-127 em Lisboa.

Artigo 6.º

Objeto do dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, alvo do presente procedimento, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 7.º

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco (5) anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 8.º

Acesso às instalações

1. O contraente público garantirá ao cocontratante o acesso às suas instalações para a realização dos serviços a prestar, necessários ao cumprimento do presente contrato.
2. A permanência do cocontratante nas instalações deverá respeitar os horários de funcionamento dos serviços, sempre em conformidade com os diferentes horários praticados ou convenientes ao contraente público.
3. O contraente público acordará com o cocontratante as normas e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações.
4. O cocontratante obriga-se a cumprir as normas e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações, de acordo com as determinações do contraente público que lhe sejam previamente comunicadas por escrito.

Artigo 9.º

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao cocontratante, o preço da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Na formação do preço dos bens a fornecer devem ser incluídos todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade esteja expressamente atribuída ao cocontratante, e por esta declaradamente aceite, nada mais sendo devido
3. O preço proposto, independentemente de ser detalhado por parcelas, deve ser expresso também no valor global anual.

Artigo 10.º

Condições de pagamento

1. A quantia devida, nos termos do artigo anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção da respetiva fatura.
2. A fatura só será validada para pagamento após confirmação por parte do responsável dos Serviços Técnicos da boa prestação de serviços.
3. Em caso de discordância, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novo documento corrigido.
4. Para efeitos de pagamento pela entidade adjudicante, o adjudicatário deverá comprovar ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social.

Artigo 11.º

Revisão de preços

O preço apresentado é fixo e não haverá lugar à sua revisão, durante a execução do contrato.

Artigo 12.º

Adiantamentos

No âmbito do presente fornecimento não há lugar a adiantamentos.

Artigo 13.º

Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação dos serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

Artigo 14.º

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logotipos ou outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra, sem o seu prévio consentimento por escrito.

Artigo 15.º

Proteção de dados

O Cocontratante deverá garantir o cumprimento das exigências do RGPD, assumindo a responsabilidade de proteção de dados e das informações, de acordo com os mais altos padrões éticos e regulamentares.

Artigo 16.º

Acesso aos elementos de informação em suporte informático

O acesso aos elementos de informação em suporte informático obedecerá às normas contidas na Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, retificada pela Declaração n.º 22/98, de 28 de novembro, e à Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto, que regulam a Proteção de Dados Pessoais face à Informática.

Artigo 17.º

Incumprimento por factos imputáveis ao cocontratante

1. O cocontratante deve cumprir de forma exata e pontual todas as obrigações contratuais.
2. Se o cocontratante não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, nomeadamente o prazo de entrega, deve o contraente público notificá-lo para as cumprir dentro de um prazo de 10 dias úteis.
3. Mantendo-se a situação de incumprimento, o contraente público pode optar por resolver o contrato com fundamento em incumprimento definitivo, nos termos do disposto no artigo 333.º do CCP.

Artigo 18.º

Responsabilidade do cocontratante

1. O adjudicatário é responsável por todos os prejuízos e danos causados à entidade adquirente ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da execução do contrato, por si ou por subcontratados, da atuação do seu pessoal ou do deficiente comportamento dos materiais ou equipamentos fornecidos e instalados, e pelas avarias causadas a equipamentos da entidade adquirente ou de terceiros.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo anterior, o cocontratante, em caso de negligência, responde por todos os danos causados.

Artigo 19.º

Resolução do contrato

O incumprimento leva à resolução do contrato, a qual será efetivada por meio de carta registada com aviso de receção, devendo esta indicar, expressamente, as causas que a fundamentarem e ainda, a data a partir da qual aquela produz efeitos.

Artigo 20.º

Revogação do contrato

1. As partes podem, por acordo, revogar o contrato em qualquer momento.
2. Os efeitos da revogação são os que tiverem sido validamente fixados no acordo.
3. A revogação não pode revestir forma menos solene do que a do contrato.

Artigo 21.º

Causas de extinção do contrato

São causas de extinção do contrato:

1. A impossibilidade definitiva e bem assim todas as restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
2. A revogação;
3. A resolução, por via de decisão judicial ou arbitral, ou por decisão do contraente público, nos casos previstos nos artigos 333º a 335º do CCP.

Artigo 22.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - 3.1. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 3.2. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - 3.3. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
 - 3.4. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - 3.5. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
 - 3.6. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
6. O cocontratante, atendendo a importância para o contraente público do objeto do serviço prestado, deverá garantir sempre a realização integral da sua prestação.
7. Em situação excecional, que fundamente a existência de um facto fortuito ou de força maior, deverá tanto quanto possível o cocontratante desenvolver esforços para lograr realizar o objeto do contrato, salvo impossibilidade objetiva.
8. Nas condições descritas no número dois do presente artigo, sempre que a situação excecional for previsível, deverá o cocontratante avisar o contraente público com pelo menos cinco dias de antecedência, ou quando não for previsível imediatamente após o conhecimento dos factos que a motivam, em qualquer dos casos, justificando a ausência ou a cessação temporária ou parcial da realização do objeto do contrato.
9. Em caso de incumprimento de qualquer das situações descritas no número sete e oito do presente artigo, constitui-se o cocontratante na obrigação de indemnizar o contraente público por todos os prejuízos e danos sofridos.

Artigo 23.º

Caução

O cocontratante fica dispensado da prestação de caução de acordo com o n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 24.º

Subcontratação

Não é admitida ao cocontratante a subcontratação das atividades objeto do presente contrato.

Artigo 25.º

Cessão da posição contratual

O cocontratante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos seus direitos e obrigações decorrentes do contrato sem a autorização do contraente público, incumbindo ao cocontratante a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante o contraente público.

Artigo 26.º **Outros encargos**

Todas as despesas resultantes da celebração do contrato são da responsabilidade do cocontratante.

Artigo 27.º **Exclusão de condições da proposta, limitadoras dos documentos do procedimento**

Não se aplicam no contrato quaisquer condições da proposta, mesmo que anexas, que integrem artigos que afastem, limitem, modifiquem ou acrescentem os artigos do programa do concurso ou do caderno de encargos do presente procedimento.

Artigo 28.º **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa, aplica-se o código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e demais legislação aplicável.

Artigo 29.º **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II – CLAUSULAS TÉCNICAS GERAIS

Artigo 30.º **Âmbito das especificações técnicas**

O fornecimento de bens objeto do presente procedimento compreende todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto contratual referido no artigo 1.º do presente documento, designadamente a Aquisição de Mobiliário de Escritório.

Artigo 31.º **Obrigações do cocontratante**

1. O cocontratante obriga-se a fornecer e montar todos os bens objeto deste procedimento, no completo respeito pelas respetivas disposições técnicas e legislativas, nomeadamente as constantes do presente caderno de encargos.
2. Perturbação do funcionamento dos serviços.

2.1 Os trabalhos devem ser efetuados com o mínimo de perturbação possível.

3. Condução dos trabalhos.

3.1 O cocontratante é o único responsável pela condução dos serviços prestados, devendo assumir a responsabilidade dos trabalhos, a autoridade e a direção e disciplina na execução dos mesmos.

4. O cocontratante compromete-se, em todos os trabalhos que realizar, a respeitar as boas práticas, regras de arte e as normas e regulamentos em vigor.

5. O cocontratante é responsável pela limpeza das áreas e equipamentos após a realização dos trabalhos, bem como pela remoção de materiais de embalagem e proteção.

Artigo 32.º

Acompanhamento da prestação de serviços

1. O cocontratante designará um responsável pelo contrato (gestor do contrato), que será o seu interlocutor para todas as questões relacionadas com a presente prestação de serviços.

Artigo 33.º

Normas de segurança e armazenamento

1. Nos termos dos documentos apresentados na sua proposta, o cocontratante deverá respeitar integralmente as normas respeitantes às funções a desempenhar nas instalações do contraente público.

2. Igualmente deverão ser respeitadas integralmente as características do espaço onde estão localizados os equipamentos de elevação.

Artigo 34.º

Pessoal afeto à prestação de serviços

1. O cocontratante fica responsável pelo cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, designadamente no que respeita ao seguro para cobertura de riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais, nos termos da legislação aplicável, bem como o cumprimento das obrigações contributivas institucionais.

2. O fardamento, equipamentos de proteção individual e acessórios, indispensáveis nos termos da legislação vigente, à execução dos trabalhos objeto deste procedimento, são responsabilidade e encargo do cocontratante.

3. O cocontratante é responsável por todas as obrigações relativas ao seu pessoal, pela disciplina, formação e aptidão profissional do mesmo, bem como pela reparação de prejuízos por ele causados nas instalações, equipamentos e material e ainda a terceiros.

4. Os funcionários do cocontratante deverão estar sempre identificados, constando dessa identificação o nome da empresa e nome do próprio funcionário.

PARTE III - CLAÚSULAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS

Artigo 35.º Características técnicas

Os bens a fornecer deverão obedecer às seguintes características técnicas, de acordo com o tipo de mobiliário e respetiva posição no Anexo A – Mapa de Quantidades:

1. Posições 1 e 2 – Secretárias

Secretárias com estrutura em chapa de aço pintada a epoxy de cor preta. Painel frontal em chapa de aço pintada a epoxy de cor preta. Tampo em aglomerado de madeira de alta densidade, com 20mm de espessura, revestido a folha de melamina a imitar faia, orlado nos 4 cantos em PVC de 2mm da mesma cor.

Referência de Qualidade: Linha Medusa, ou equivalente.

2. Posição 3 – Blocos de gavetas

Blocos de gavetas metálicos, com estrutura em chapa de aço pintada a epoxy de cor preta. 3 gavetas em chapa com fechadura. Tampo em aglomerado de madeira de alta densidade, com 20mm de espessura, revestido a folha de melamina a imitar faia, orlado nos 4 cantos em PVC de 2mm da mesma cor.

Referência de Qualidade: Linha Medusa, ou equivalente.

3. Posição 4 – Armário baixo

Armário com estrutura em chapa de aço pintada a epoxy de cor preta. Tampo em aglomerado de madeira de alta densidade, com 20mm de espessura, revestido a folha de melamina a imitar faia, orlado nos 4 cantos em PVC de 2mm da mesma cor. Portas de correr em chapa pintada de cor preta, com fechadura. 1 prateleira interior amovível.

Dimensões aproximadas: 1200mm X 430mm X 750mm

Referência de Qualidade: Linha Medusa, ou equivalente.

4. Posição 5 – Armário alto com portas de bater

Armário com estrutura em chapa de aço pintada a epoxy de cor preta. Sem tampo. 2 portas de bater em chapa, com fechadura, na parte inferior. Parte superior aberta, equipada com duas prateleiras amovíveis.

Dimensões aproximadas: 1000mm X 430mm X 1900mm

Referência de Qualidade: Linha Medusa, ou equivalente.

5. Posição 6 – Mesa de reuniões redonda

Mesas redondas com estrutura em chapa de aço pintada a epoxy de cor preta. Tampo em aglomerado de madeira de alta densidade, com 1m de diâmetro e 20mm de espessura, revestido a folha de melamina a imitar faia, orlado em toda a volta em PVC de 2mm da mesma cor.

Referência de Qualidade: Linha Medusa, ou equivalente.

6. Posição 7 – Par de braços para cadeiras

Par de braços para cadeiras Alital 600 (existentes na UAb), reguláveis em altura.

Artigo 36.º Agendamento dos trabalhos

1. As datas para o fornecimento e montagem dos bens objeto do presente procedimento deverão ser propostas nos cinco (5) dias seguintes à outorga do contrato.
2. As datas propostas deverão ser ajustadas de acordo com o contraente público.
3. Os trabalhos objeto do contrato deverão ser realizados em dia útil.

Artigo 37.º Prazo de Garantia

Todos os bens fornecidos terão um período de garantia mínimo de 2 anos, a contar a partir da data de emissão da fatura.

Artigo 38.º Mapa de Quantidades

ANEXO A - MAPA DE QUANTIDADES

Pos.	Descrição	Qt.
1	Secretária 1400x800, estrutura em chapa pintada preta, painel frontal e tampo faia	51
2	Secretária 1600x800 estrutura em chapa pintada preta, painel frontal e tampo faia	5
3	Bloco de gavetas rodado (3 gavetas), em chapa pintada a preto, com tampo faia	56
4	Armário baixo com duas portas de correr, em chapa pintada a preto e tampo faia, 1,20 m	5
5	Armário alto com portas de abrir, com chave, em chapa preta	10
6	Mesa de reuniões redonda com 1m de diâmetro, estrutura em chapa pintada preta, tampo faia	5
7	Par de braços reguláveis em altura, para cadeiras Alital 600	25